

# A Linguagem na educação

WALKYRIA PUPPIM — UFES

Falar da linguagem na educação pode parecer o óbvio, mas essa é uma questão até certo ponto pouco estudada, embora de fundamental importância, principalmente, nas primeiras séries do 1º grau, momento em que a criança trava seu primeiro contato com a escola, com a educação sistemática. Em primeiro lugar, não devemos nos esquecer de que a criança, quando entra na escola, já sabe falar e compreender a língua portuguesa.

A função da escola é, então, a de ensinar a ler e a escrever de acordo com a norma culta, mas não pode e não deve menosprezar, desprestigiar nem mesmo ignorar essa língua portuguesa que a criança conhece. Em geral, é aí que começa o divórcio entre os objetivos da escola e os resultados que serão alcançados no futuro. Porque, no momento em que se desprestigia a variedade lingüística usada pela criança, ela passa a entender, contrariamente aos objetivos pretendidos, que ela não sabe falar português, que há uma língua que ela utiliza e uma outra, chamada língua portuguesa, adotada e ensinada pela escola.

Portanto, a primeira preocupação do professor da primeira ou das primeiras séries é reconhecer como boa a modalidade da língua utilizada pela criança; é preciso evitar os preconceitos contra as variedades lingüísticas diferentes daquela utilizada pelo professor ou daquela preconizada pelas gramáticas. Esqueçam-se os belos exemplos dos melhores escritores. Eles representam a linguagem literária, belíssima!, mas não é essa a língua que nós falamos ou lemos nos jornais e revistas atuais. Esses autores são (ou foram) adultos, não crianças. Eles escrevem (ou escreveram), não falam (ou falavam) daquela maneira. Muitos desses exemplos são do século passado ou de 50 anos atrás, não representam a língua de hoje. A escola cabe, sem dúvida, desenvolver o gosto pela literatura, mas não tentar ensinar as crianças a fazer literatura. Esse é um talento que nasce com o indivíduo e se desenvolve a partir do contato com bons livros, mas não se ensina. É uma humilhação para a criança expô-la a tais exemplos, é como dizer-lhe: Você jamais será capaz.

Há uma frase de Celso Pedro Luft que ilustra muito bem a necessidade de se evitarem esses comportamentos tão negativos: “Jovem não é velho, operário não é doutor, fala não é escrita, conversa não é discurso, carta não é ensaio”. (Língua e Liberdade, p.75). Podemos acrescentar: longe não é aqui, rural não é urbano, redação não é romance.

Estes são os principais preconceitos lingüísticos, dos quais nós nem sempre nos damos conta:

- 1) regional x local: [tía] x [číya]
- 2) social x comum: [brúza] x [blúza]
- 3) rural x urbano: [muyÉ] x [mulÉR]
- 4) coloquial x formal: [váv] x [vámus]
- 5) antigo x atual: [Kowméya] x [kowmÉya]

É então necessário que cada professor observe sua própria maneira de falar, observe se ele fala realmente de acordo com as normas que ensina. Nós aprendemos que está errada uma frase como:

“Estas são as pessoas que nós vamos sair com elas” e que o correto é dizer:

“Estas são as pessoas com quem nós vamos sair”, mas eu ouvi uma professora universitária, doutora em língua portuguesa, usar uma estrutura do tipo da primeira, em uma palestra. Então fica a pergunta: que norma culta é essa que a escola ensina se nem mesmo uma doutora em língua portuguesa utiliza?

Outro fato comum é a regência do verbo preferir : ensinamos a nossos alunos que se diz:

“Prefiro laranja a morango”

mas quem de nós, professores, pode afirmar que nunca disse:

“Prefiro mais laranja do que morango”, numa situação mais à vontade, em casa, com amigos?

São essas falsidades que nós passamos freqüentemente a nossos alunos que fazem com que eles pensem que não falam a mesma língua que a escola ensina. Então, ao invés de aprenderem a norma culta, tão necessária a sua vida no futuro, eles ignoram tudo que a escola ensina e continuam a falar como sempre falaram e foram entendidos pela sua comunidade. E nosso ensino de português passa em branco por eles. Luft diz que as crianças têm um dispositivo de auto-defesa, para não se deixarem atrapalhar pela escola. É evidente que há aí um certo exagero, mas nós temos que levar em conta as funções da norma culta, sem oprimir a criança, sem parecer que ela não sabe a língua que ela efetivamente sabe, tanto que vem falando e entendendo sem muitos problemas. O que ocorre é que a criança domina apenas uma variedade da língua, o registro informal, característica de dentro de casa, e essa variedade é perfeita para a comunicação na família e no grupo de amigos, na comunidade mais reduzida da criança. Ela não está falando errado quando diz:

“Hoje nós vão na casa da vovó”,

em vez de dizer:

“Hoje nós vamos à casa da vovó”.

Ela está apenas usando um registro inadequado à nova situação que ela está vivendo. E aí entra a escola : Para ensinar novas modalidades da língua, novos registros, até os mais formais.

A lingüística explica muito bem os conceitos de erro, desvio e inadequação. Erro é a falha cometida em relação à gramática interna da língua, não em relação às regras normativas das gramáticas (livros), como diria um estrangeiro, por exemplo:

“Eu tentar de ler o livro”

em vez de

“Eu tentei ler o livro”.

Desvio é um afastamento de norma culta, ou seja, daquela considerada padrão por ser característica de falantes mais escolarizados, como escritores, professores, etc., contemporâneos.

Por exemplo:

“Nós foi lá”

em vez de

“Nós fomos lá”.

Inadequação é o uso de um registro característico de determinada situação social em outra situação social diferente.

Por exemplo, se um professor diz:

“E aí, galera, tudo em cima?”

numa sala de aula, em vez de, mais adequadamente, dizer:

“Vocês entenderam o que foi explicado? ”.

Fica clara então a função do ensino da língua materna na escola: ampliar e aprimorar o conhecimento lingüístico da criança, inclusive ensinar a ler e a escrever, completando assim as quatro habilidades do uso da língua, que são: compreensão e produção oral e compreensão e produção escrita.

O grande objetivo da escola é a norma culta, ou seja, uma uniformização dos atos de fala entre todos os falantes; todos os brasileiros devem falar e escrever de acordo com as normas que são consideradas o padrão, o ideal.

A aquisição dessa variedade culta da língua permite a ascensão social, pelo acesso ao discurso de outras classes sociais, sobretudo das classes dominantes, e a leituras enriquecedoras, o que possibilita um posicionamento em pé de igualdade com o dominador, pelo fato de falarem ambos, dominador e dominado, a mesma língua. A leitura de jornais e revistas, que trazem informação e atualização dos fatos, o estudo sistemático, todo esse tipo de cultura que insere o indivíduo na sociedade é possibilitado pela aquisição da norma culta.

Mas há que se ter sempre o cuidado de não cometer exageros, como o excesso de purismo, regras fora da realidade da criança e mesmo fora da realidade social, ou seja, dos intelectuais contemporâneos.

A escola, a grande responsável pela educação e pela disseminação da cultura, que, teoricamente, é o instrumento capaz de dar condições de igualdade a todos, independentemente do meio familiar ou social de origem, pode também ser a base da manutenção e até da exacerbação das desigualdades.

É preciso que a escola ensine a criança a dominar esse repertório de variedades lingüísticas, principalmente o registro mais culto, para que o adulto possa enfrentar adequadamente as situações de vida que lhe aparecerão. É preciso que ele possa falar e entender a mesma língua do dominador. É preciso que ele possa discernir todos os mecanismos de persuasão existentes nos discursos, para que ele consiga se proteger e tomar suas decisões de maneira independente. É ainda fundamental que se desenvolva uma atitude crítica face às situações de fala (escrita), para que o adulto compreenda e não aceite sem questionamento todos os discursos a que ele estará exposto no decorrer de sua vida, seja da própria escola, da igreja, etc., distinguindo assim as várias facetas, às vezes, ocultas, desse discurso do outro.

Não basta saber ler, é necessário entender o que se passa através das palavras, não apenas as palavras. Ler não é um ato de deciframento de letras e sílabas formando palavras que formam frases. Ler é um comportamento ativo, não passivo; o leitor é um sujeito do texto, interagindo com o autor, por isso há tantas leituras quantos leitores existem. Um texto não é transparente, nenhum ato de fala é inocente. É muito difícil, se não impossível, encontrar-se algum texto, salvo os literários (mas não completamente), que não esteja carregado de intenções de persuasão. Sempre que se diz alguma coisa, tem-se a intenção de que o ouvinte (leitor) acredite naquilo que se está dizendo. Para se atingir esse objetivo, há muitos mecanismos de persuasão, até mesmo inconscientes. A principal função da escola é dotar o indivíduo desses mecanismos capazes de persuadir, para que ele possa utilizá-los convenientemente, seja produzindo ou decifrando um discurso, para que ele não acredite inocentemente naquilo que o outro diz, sem analisar o que está sendo dito, além das palavras.

Um bom exemplo do cuidado que nós, professores, devemos ter com isso é o livro didático, carregado de preconceitos e comportamentos estereotipados de acordo com um padrão que se pretende universal, mas que não passa da intenção de se manter o status quo, de acordo com a vontade das classes dominantes, com o objetivo de se incutir na criança, principalmente naquela que vem de classes menos favorecidas, a noção de que ela não deverá pretender ascender a uma classe economicamente superior, visto que sua família e sua comunidade não se encaixam naqueles padrões tidos como naturais.

Há que se ter a preocupação de mostrar às crianças que ser rico não é a única possibilidade de ser feliz e respeitado, mas que se pode transformar a sociedade em que se vive através da valorização e dignificação de todas as camadas sociais. Não basta ter o conhecimento, é preciso perder a inocência. Inocência aqui quer dizer ingenuidade face ao outro, principalmente, ao dominador. Mesmo o professor deve perder sua inocência nesse sentido.

Nos textos didáticos, geralmente forjados, não naturais nem espontâneos, moralistas ao extremo, a família aparece como uma instituição perfeita, sem os tropeços tão naturais entre pessoas que pensam, têm personalidade e opiniões diferentes umas das outras. Uma família sem situações de conflito é anti-natural porque é anti-natural um agrupamento de seres humanos sem conflitos. Há ainda o caso de famílias em que os pais são separados, e nem por isso a família deixa de existir como tal. O livro didático não considera desestruturada uma família em que faleceu o pai ou a mãe, mas se os pais se separaram e as crianças vivem apenas com um deles, aí se caracteriza a desestruturação da família. Por quê? Ninguém pode ser um adulto feliz, ajustado se não conviver com o pai e a mãe dentro de uma mesma casa na infância? E aqueles que são tão pobres que não têm uma casa para morar? Não poderão ser melhores do que isso?

O professor deve observar os textos para não deixar passar impunemente esses estereótipos, característicos da ideologia da classe dominante, da elite econômica. É na escola, em primeiro lugar, que se pode aprender, se ainda não se tem, o espírito crítico. O professor tem o poder de fazer do povo brasileiro um povo mais culto, não apenas em termos de conhecimentos práticos como matemática ou computação, etc., mas um povo culto, porque cada indivíduo, bem ensinado pela escola, poderá pensar por sua própria capacidade, sem se deixar levar cegamente pelas opiniões e vontades alheias.

A escola primária, através do estudo da linguagem, simplesmente, tem o poder de informar e melhor formar a cultura de nossa gente, ensinando não apenas a ler as palavras, mas a ler através das palavras. Não há necessidade de maiores gastos financeiros para se mudar essa atitude face à leitura, principalmente. Basta ter o cuidado e a acuidade de analisar o texto, com seus pressupostos e dados novos, no universo do texto e fora dele. Utilizando-se dos conhecimentos lingüísticos e extra-lingüísticos, pode-se fazer o aluno aprender a compreender o texto, o discurso, não as frases nele contidas apenas. O significado de um texto não é a mera soma dos significados de suas frases. Através da observação da escolha dos articuladores, do vocabulário, dos tipos de verbos, das informações explícitas e das informações omitidas, pode-se perceber toda a ideologia contida no texto, mesmo que seu autor pretenda passar outra imagem.

O professor deve observar não apenas os livros destinados ao ensino de português, mas também os de geografia, história, moral e cívica, etc. A grande maioria deles, mesmo quando pretende valorizar o trabalho da mãe, que cuida dos filhos e da casa, distingue-o do trabalho realizado pelo pai: o pai trabalha, a mãe cuida da casa e dos filhos. Há, em geral, total falta de historicidade na análise da colonização brasileira, em que o índio só aparece quando não aceita ser escravizado porque está acostumado à vida nas selvas, sem nenhuma referência ao quase extermínio dos índios pelos colonizadores, por exemplo.

A escola primária atende atualmente a 85% das crianças de 7-14 anos. Deveria atender a 100%, mas 85% já é um bom número para uma população que será adulta daqui a 10 ou 15 anos.

Se essa escola primária fizer um bom trabalho de esclarecimento e formação de senso crítico, dentro de 10 ou 15 anos teremos pelo menos 85% da população adulta em condição de pensar por si própria, podendo então eleger melhores governantes, podendo ser melhores governantes, economistas, operários, pessoas mais conscientes de seus deveres e direitos, de suas necessidades e aspirações. Ou seja, podemos vir a ter uma sociedade melhor.

#### BIBLIOGRAFIA

- BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de português*. Vozes, Petrópolis, 1987.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. Ática, São Paulo, 1988.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento*. Vozes, Petrópolis, 1977.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. Cortez, São Paulo, 1989.
- GOLBERT, Clarissa S. *A Evolução psicolinguística e suas implicações na alfabetização*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1988.
- GUIMARES, Elisa. *A Articulação do texto*. Ática, São Paulo, 1990.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Cultrix, São Paulo.
- LUFT, Celso P. *Língua e liberdade*. L&PM, Porto Alegre, 1985.
- NOSELLA, Mãe de Lourdes C. D. *As Belas mentiras*. Mores, São Paulo.
- SILVA, Ezequiel T. da. *Os (Des) caminhos da escola: traumatismos educacionais*. Cortez, São Paulo, 1990.